

O imbricamento de sequências textuais na redação do Enem: o caráter injuntivo da proposta de intervenção

The imbrication of textual sequences in the Enem essay: the injunctive nature of the intervention proposal

Ananias Agostinho da Silva¹
Francisco Mailson de Lima Cavalcante²

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre o caráter injuntivo (de incitação à ação) de propostas de intervenção de redações nota mil do Enem e observar as funções argumentativas que certas formas linguísticas comuns aos textos de incitação à ação assumem naqueles textos. Para isso, temos como vertente teórica principal a Linguística Textual, sobretudo os trabalhos de Adam (1992; 1999; 2008; 2011; 2019), Cavalcante e Brito (2020), Cavalcante *et al.* (2020), Cavalcante e Silva (2023) e Marcuschi (2002; 2008). Metodologicamente, analisamos duas redações do Enem da edição de 2022, avaliadas como nota mil e publicadas na Cartilha do participante da edição de 2023. Os resultados apontam que as propostas de intervenção apresentam traços linguísticos e enunciativos característicos de textos de incitação à ação.

Palavras-chave: Caráter injuntivo. Propostas de intervenção. Redações nota mil do Enem.

Abstract: This article aims to reflect on the injunctive nature (inciting action) of intervention proposals in Enem essays scoring a perfect thousand and to observe the argumentative functions that certain linguistic forms common to incitement texts assume in those writings. For this purpose, our main theoretical framework is Textual Linguistics, especially the works of Adam (1992; 1999; 2008; 2011; 2019), Cavalcante and Brito (2020), Cavalcante *et al.* (2020), Cavalcante and Silva (2023), and Marcuschi (2002; 2008). Methodologically, we analyze two Enem essays from the 2022 edition, evaluated as a perfect score and published in the Participant's Guide of the 2023 edition. The results indicate that the intervention proposals exhibit linguistic and enunciative traits characteristic of texts inciting action.

Keywords: Injunctive nature. Intervention proposals. Enem essays.

Os gêneros são uma espécie de armadura comunicativa geral preenchida por sequências tipológicas de base que podem ser bastante heterogéneas, mas relacionadas entre si (Marcuschi, 2002, p. 27).

¹Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), vinculado ao Departamento de Linguagens e Ciências Humanas (DLCH) e ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (Posensino/Ufersa, Uern, IFRN), Mossoró, RN, Brasil. Endereço eletrônico: ananias.silva@ufersa.edu.br.

²Doutorando em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (Posensino), da associação ampla entre a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Mossoró, RN, Brasil. Docente da UERN. Endereço eletrônico: mailsoncavalcante56@gmail.com.

Introdução

Foi com essa metáfora que Marcuschi (2002) buscou fazer elucidar, no Brasil, a complexa relação entre os conceitos de gênero e de tipo de texto. Por inspiração no conceito bakhtiniano, o linguista explicou que a noção de gênero deveria referir aos vários textos que circulam no cotidiano e que apresentam características sociocomunicativas definidas pelo conteúdo, estilo, pela funcionalidade e organização composicional. Das leituras de Adam (1999), ele propôs que a noção de tipo textual designa espécies de sequências textuais teoricamente definidas pela natureza linguística de sua composição. Fez associação entre esses conceitos para dizer que “em todos os gêneros se realizam tipos textuais, podendo ocorrer que o mesmo gênero realize dois ou mais tipos” (Marcuschi, 2002, p. 25). Logo, o linguista brasileiro concluiu que “um texto é em geral tipologicamente variado (heterogêneo)” (p. 25), sendo frequente o “predomínio de um ou outro tipo de sequência de base” (p. 27).

Relativamente a esse ponto, Adam (1992) já havia destacado a complexidade que recobre a combinação de sequências nos textos, sublinhando a homogeneidade como casos relativamente excepcionais. Para ele, “o caso mais comum é a mistura de sequências” (2019, p. 57), sendo que uma sequência dominante pode provocar um efeito de tipificação global que sugere a existência de tipos de textos argumentativos, narrativos, descritivos etc. Diferentes possibilidades de combinações podem ocorrer entre as sequências, sendo essa uma das razões pelas quais os textos apresentam extrema heterogeneidade composicional (Bakhtin, 2016). A esse respeito, ainda na esteira de Adam (2019), o estudo dessas configurações deve ser o próprio objeto de investigação da Linguística Textual, já que a descrição e a análise desses diferentes modos de combinação podem ser desenvolvidas, de uma maneira geral, com todos os gêneros do discurso (Marcuschi, 2008).

Neste trabalho, detemo-nos particularmente a um gênero, a redação nota mil do Enem. Trata-se de um texto produzido em contexto de exame, o Exame Nacional do Ensino Médio (doravante, Enem), cujas funções têm sido balizar a qualidade da aprendizagem de alunos brasileiros do Ensino Médio, certificar a conclusão dessa etapa da Educação Básica e servir como processo seletivo para ingresso no Ensino Superior. O texto da redação do Enem é, como explicado em Cavalcante e Silva (2023), um gênero de discurso de tipologia argumentativa, ou seja, nele predomina a estrutura relacional da sequência argumentativa, que gera efeito dominante sequencial. A forma dominante é fixada por força do próprio gênero, por seus constrangimentos composticionais e estilísticos consoante o propósito comunicativo a que serve: atestar a competência comunicativa do participante ao defender uma tese relativa a um problema de interesse social.

Em contraste a essas restrições, supomos que outras sequências textuais são encadeadas na sequência argumentativa dominante para assumir funções textuais-discursivas variadas. A propósito, Marquesi e Albert (2017) já demonstraram que, no gênero

redação de vestibular, sequências textuais descritivas, por exemplo, cumprem objetivos importantes ao servirem à construção de objetos de discurso que explicitam o posicionamento do produtor do texto e a orientação argumentativa pretendida por ele. Também Cavalcante (2023) notou que, na redação do Enem, mesmo que não se espere uma organização textual por sequência narrativa dominante, o que implicaria na anulação do texto para o exame, o recurso a sequências narrativas, descritivas ou até explicativas pode acontecer, “desde que essas inserções sejam usadas em função dos argumentos para o ponto de vista central” (p. 53). Nesses casos, o recurso a esses tipos de sequências pode ser indício de um uso produtivo e até pertinente do repertório sociocultural do participante, aspecto considerado pelos avaliadores do texto.

Não obstante esse imbricamento de sequências textuais na redação do Enem, no presente artigo, buscamos problematizar e refletir não necessariamente a respeito do encaixamento de sequências, mas sobre o caráter injuntivo que pode apresentar o texto da redação nota mil do Enem, designadamente na composição da proposta de intervenção. Há cerca de trinta anos, Adam (1992) tem questionado a legitimidade de um protótipo de sequência comum a todos os textos caracterizados pela presença de um discurso injuntivo, visto que “as regularidades microlinguísticas encontradas são numerosas demais para se constituir um tipo de texto” (2019, p. 254). É possível, sim, listar regularidades linguísticas, mas elas são pertencentes a um nível superior, aos gêneros do discurso de dada formação social e às ações linguageiras. Todavia, essas marcas protótipicas de textos de incitação à ação podem aparecer em textos nos quais há predomínio de certas sequências, assumindo neles funções textuais-discursivas importantes, como supomos que ocorra em redações nota mil do Enem.

Com efeito, analisamos duas redações do Enem da edição de 2022, avaliadas com nota mil e publicadas na *Cartilha do Participante* da edição 2023, buscando refletir sobre o caráter injuntivo (de incitação à ação) das propostas de intervenção e observar as funções argumentativas que certas formas linguísticas recorrentes e comuns aos textos de incitação à ação assumem nas redações. Defendemos a hipótese de que as propostas de intervenção de redações nota mil do Enem comportam proposições de ação que apresentam um valor ilocutório diretivo crucial para a apresentação de uma proposição articulada ao ponto de vista defendido e à tese desenvolvida no texto. Para a análise, guia-nos o tratamento de classificação tipológica dos textos de Adam (1992, 2011, 2019, 2022), que percebe o texto como uma unidade de sentido em contexto, cuja materialização semiótica se acomoda a certas formas culturalmente adquiridas e elaboradas a partir de regularidades observadas, construídas e memorizadas.

Para dar conta do objetivo aqui estabelecido, organizamos o texto deste artigo em seis seções, a contar desta introdução, a primeira. Na segunda, apresentamos o conceito de

sequências textuais a partir dos trabalhos de Adam (1992, 2011, 2019) e buscamos problematizar por que os chamados textos de incitação à ação não constituem prototípicamente uma sequência. Na seção seguinte, tratamos especificamente desses textos e das suas principais marcas linguísticas, enunciativas e pragmáticas. Na quarta seção, o gênero redação do Enem é apresentado, objeto da análise aqui empreendida. A análise dos dados aparece imediatamente em sequência, na quinta seção, guiada pelos objetivos estabelecidos e sustentada no aporte teórico aqui construído. Ao final, na sexta e última seção, discutimos os resultados e realizamos algumas considerações finais.

Sequências textuais: por que não falar de sequências injuntivas?

O modelo teórico proposto por Adam (1992, 2011, 2019) sobre a organização de sequências na planificação dos textos é um dos principais empreendimentos pelos quais esse linguista é reconhecido no quadro da Linguística Textual e no domínio mais amplo dos estudos da linguagem. De fato, até mesmo aqueles que levantam críticas à proposta do autor, como Bronckart (1999), por exemplo, reconhecem o seu modelo como solidamente sustentado e referência pouco contestável, dado o detalhamento e rigor com que descreve as possibilidades de organização linear dos textos por meio de sua estruturação sequencial. Nesse sentido, alinhamo-nos com Adam (1992, 2011, 2019) para compreender esse construto teórico e reconhecer cinco tipos de categorias sequenciais que planificam os diversos gêneros do discurso através de formas regulares de composição.

Em revisão de seu modelo, Adam (2019, p. 22) conceituou a sequência como sendo “uma estrutura relacional pré-formatada que se sobrepõe às unidades sintáticas estritas (frases) e às amplas (períodos)” e se compõe de “reagrupamentos tipificados e ordenados em blocos de proposições de base”, as macroproposições. Em uma sequência, cada macroproposição funciona como uma unidade ligada a outras macroproposições e, assim, ocupa sempre uma posição precisa dentro do seu complexo ordenamento (Adam, 2011). Logo, uma macroproposição só adquire sentido em relação às outras, constituindo, portanto, uma estrutura sequencial cuja organização é hierárquica. Em outras palavras, na sequência, as macroproposições estão interligadas entre si e ao todo que formam o texto em uma relação de dependência e independência, o que permite certas variações no modelo.

Os modelos de sequências são apreendidos por impregnação cultural, quer dizer, na medida que o sujeito adquire a língua, também, por intermédio da interação em práticas de leitura, escuta e produção de textos, percebe esquemas prototípicos usados para alcançar certos propósitos, a partir dos quais passa a estruturar as informações textuais (Adam, 2011). Esse aspecto foi claramente colocado por Bakhtin (2016, p. 28), ao explicar que “só assimilamos as formas da língua nas formas de enunciado e com essas formas”. Elas “introduzem-se em nossa experiência e consciência conjuntamente”. Para Adam (2019), as

formas de realização dos enunciados que aprendemos com a língua não referem apenas aos gêneros, mas a diversos tipos de macroestruturas de organização linear, entre as quais estão formas primárias elementares, como a narração, a descrição, a argumentação, a explicação e o diálogo. Essas sequências são formas pré-genéricas; logo, não se confundem com os gêneros, mas lhes atravessam e são neles percebidas pelo conjunto de regularidades linguísticas que apresentam.

Nesse sentido, o reconhecimento da sequência perpassa pela identificação de um conjunto de propriedades típicas de dada categoria (narrativa, argumentativa etc.). Autores como Bronckart (1999) e Marcuschi (2002, 2008), por inspiração em trabalhos pioneiros como o de Werlich (1975)³, deram lugar a uma sequência injuntiva em suas propostas de classificação tipológica, sob a alegação de que haveria um esquema cognitivo prototípico nos textos em que a injunção figuraria como a sequência textual predominante, configurado por três movimentos básicos: a exposição de um macro-objetivo acional, a apresentação de comandos e a explicitação de justificativa (Rosa, 2003). Todavia, segundo Adam (1992, 2011, 2019), a estruturação composicional dos textos procedurais ou instrucionais e injuntivos tem comportamento distinto dos textos em que predominam as sequências narrativas, argumentativas etc. Ainda que esse linguista, em algum momento de sua teoria, e também inspirado em Werlich (1975), tenha considerado esses textos como marcados por um possível tipo de sequência injuntiva (Adam, 1987), essa hipótese foi logo por ele abortada.

Na contramão disso, Adam (2011, 2019) tem reivindicado que, em textos assim, as formas de textualização microlinguísticas são bastante variadas, o que inviabiliza a constituição de um tipo específico de sequência, já que não há macroproposições compostionais que sejam comuns a todos os tipos de textos procedurais e injuntivos. De fato, como buscaram exemplificar Cavalcante e Brito (2020), nesses textos, parece haver muito mais diferenças do que semelhanças. Outrossim, se é possível identificar regularidades nesses textos, não se tratam de microunidades de composição textual, como acontece com aquelas percebidas nas demais sequências, mas sim decorrentes de unidades superiores, dos gêneros do discurso a que pertencem os textos ou das ações lingüísticas que eles realizam. Noutros termos, são regularidades “diretamente determinadas pelos dados da interação sociodiscursiva” (Adam, 2019, p. 256).

Para mais, Adam (2019) ainda acrescenta que, relativo ao nível mesotextual de organização, os textos de incitação à ação se constituem de sequências descriptivas e explicativas (ou macroproposições desses tipos de sequências) que contribuem para a

³Na proposta de Werlich (1975), seria necessário especificar a existência de uma sequência injuntiva para distinguir textos narrativos, isto é, textos em que o arranjo temporal das ações designa eventos imaginários, dos textos prescritivos, cujas ações visam instruir um comportamento específico, textos sempre factuais.

delimitação da ação diretiva pretendida. Como vimos, o imbricamento de estruturas sequenciais é comum aos textos em geral – inclusive, conforme supomos, aos textos de redações nota mil do Enem, nosso objeto de análise. Entretanto, as combinações são sempre complexas, podendo, as sequências, em um texto, estarem dispostas sucessivamente, paralelamente ou serem encadeadas, como que em um imbricamento (Adam, 2011). Em função dessa complexidade, o autor comprehende a dinâmica de agrupamentos de enunciados em um nível mesotextual pré-genérico a partir de um quadro epistemológico mais amplo.

Em seu modelo, Adam (2019) atribui o *status* de sequência aos agrupamentos de enunciados que engendram sequências narrativas, descriptivas, argumentativas, explicativas e dialogais. Aos agrupamentos de textos instrucionais e injuntivos designa a nomenclatura *textos de incitação à ação*, assim nomeados porque possuem sempre um caráter factual, no sentido de que visam a uma finalidade prática real. Sob esse rótulo, encontra-se toda a variedade de textos que oscilam entre um domínio mais procedural e um domínio do conselho, ou seja, textos cuja força ilocutória se aproxima mais da injunção (imposição de ações) e da recomendação ou conselho. Na próxima seção, tratamos especificamente desse tipo de texto e de suas categorias linguísticas comuns.

Os textos de incitação à ação

Uma diversa quantidade de gêneros do discurso parece se acomodar sob a etiqueta *textos de incitação à ação*. Por isso, talvez, alguns linguistas tenham buscado categorizá-los, a fim de tornar sua apreensão mais factível⁴. O caráter decididamente prático dos textos de incitação à ação reivindica-lhes um lugar à parte dos textos de sequência narrativa. Desavindo-se de uma definição alargada de narrativa que toma todo texto que faz perceber a alteração de um estado inicial em um estado de chegada como narrativo (Greimas, 1973), Adam (2019) faz deferência ao valor ilocucionário das formas verbais em textos de incitação à ação e à força explicitamente diretiva que apresentam, particularizando-os como um tipo de texto distinto da narrativa. Para ele, “enquanto a narrativa relata uma ação, as instruções-prescrições incitam diretamente à ação” (p. 254). Se o sentido da narrativa é produzido para ser interpretado pelo leitor, podendo as interpretações serem várias, porque resultam da confluência entre pistas do texto e os conhecimentos do leitor, nos textos de incitação, os sentidos devem ser entendidos.

A esse respeito, Adam (2019) classifica como pertencentes à etiqueta textos de incitação à ação, pelo menos, três grandes grupos de textos, que variam entre os injuntivos (regulamento, regras de jogo, lei etc.) e os procedurais (receita culinária, manual de

⁴Adam (2019) menciona as propostas de classificação tipológicas elaboradas por autores como Egon Werlich, Algirdas Julien Greimas, Horst Isenberg e Bice Mortara Garavelli, que reservam destaque aos textos de caráter injuntivo e procedural.

montagem etc.) às diferentes formas de conselho (horóscopo, dicas de beleza etc.). Os textos que se inclinam mais para a injunção apresentam uma forte caracterização ilocutória em função de seu alto grau de restrição. Diversamente disso, nos textos que se enquadram nas diferentes formas de conselho, a força ilocutória se aproxima mais da recomendação, de um caráter sugestivo, de exortação ou quase de admoestação. Já os textos mais procedimentais parecem oscilar entre o domínio da recomendação e da coerção, vez que demandam do interlocutor o cumprimento de passos precisos. Como se percebe, há muitas dessemelhanças entre os conjuntos de textos que incitam diretamente à ação.

Não obstante, malgrado as diferenças que esses agrupamentos de textos apresentam, consoante as práticas e as ações discursivas que realizam, bem como os gêneros do discurso em que se efetivam, eles compartilham várias características e também muitas regularidades linguísticas. Do ponto de vista pragmático, são factuais e sempre visam a uma finalidade prática, já que são todos destinados a ajudar, facilitar e/ou guiar os sujeitos na execução de uma tarefa ou de uma atividade ou estabelecer normas e regras para direcionar práticas sociais (Adam, 2019). De fato, nas diversas finalidades a que servem, esses textos sempre tratam de um fazer prático, de uma maneira de agência sobre o outro, sobre o saber e sobre o mundo. Daí serem chamados por alguns autores de textos reguladores, como o faz Bice Mortara Garavelli (1988, *apud* Adam, 2019).

No que refere aos aspectos enunciativos, os textos de incitação à ação são produzidos por enunciadores especialistas, cujo *ethos* parece lhes reservar um lugar de autoridade em relação ao dizer. Não obstante, geralmente, a presença enunciativa é apagada (Adam, 2019), em razão da pretensa objetividade que perseguem esses textos. Esse efeito de apagamento ocorre pela ausência de marcas dêiticas de pessoa e de toda fonte enunciativa identificável no texto (Vion, 2001). Em contrapartida, o lugar do interlocutor é requerido, ainda que fique em aberto, podendo ser ocupado por cada destinatário que se coloque nesse papel. Por isso, pronomes de segunda pessoa de caráter indefinido são as marcas dêiticas que mais aparecem nesses textos (Adam, 2019). Entre o enunciador especialista e o interlocutor indefinido pactua-se um contrato de verdade firmado em uma promessa de sucesso: se as informações apresentadas forem aceitas como verdadeiras e os passos indicados respeitados, o objetivo será alcançado.

O lugar de especialista do enunciador impõe aos textos de incitação à ação um léxico próprio de um domínio de especialidade. Esse léxico decorre, também, de restrições do gênero a que pertence o texto, da precisão da informação apresentada e do volume de conhecimento supostamente partilhado pelos coenunciadores (Adam, 2019). Além disso, a superfície dos textos de incitação à ação também se caracteriza pela presença abundante de predicados de ação. Para o autor, essa é, talvez, a marca que melhor representa textos desse tipo, porque apontam explicitamente para ações temporais sucessivas e atualizadas

verbalmente no infinitivo, no imperativo, no futuro ou no presente. Nesses textos, os predicados são muito frequentemente modificados por organizadores textuais ou advérbios de tempo e de lugar que precisam a sucessão e/ou a duração e/ou a configuração das ações ou dos protocolos de ações.

Todos esses aspectos linguageiros são protótipicos dos textos de incitação à ação, mas, como fazem lembrar Cavalcante e Brito (2020), a sua ocorrência pode variar segundo o gênero do discurso e conforme o contrato estabelecido em cada interação. Destarte, por exemplo, o caráter de obrigatoriedade dos atos de discurso imperativos pode ser muito alto em gêneros como leis e decretos e muito baixo para gêneros como o horóscopo e outros do campo do conselho. De igual modo, o enunciador pode se mostrar em alguns casos específicos, como em receitas culinárias ou dicas de moda que carregam a assinatura de uma celebridade, mas, ainda assim, o aparecimento é sempre pontual e muito localizado. Em termos microlinguísticos, a estrutura sintática “se + imperativo” pode ser frequente nos gêneros do conselho, mas quase não aparece em receitas ou guias de ecoturismo. Com efeito, todos esses aspectos lexicais, enunciativos, sintáticos e pragmáticos funcionam nos textos em confluência e são sempre mobilizados em dependência dos gêneros do discurso e das práticas discursivas que realizam.

A redação do Enem

A redação do Enem é um gênero do discurso que se concretiza no contexto de exame⁵. Os gêneros do discurso são tipos de enunciados relativamente estáveis caracterizados por disporem de um conteúdo temático, uma estrutura composicional e um estilo específicos (Bakhtin, 2016). Os gêneros instauram e regulam a comunicação e a interação entre os sujeitos nas diversas esferas sociais de atividades linguageiras, cumprindo sempre um determinado propósito comunicativo, pelo que são, sobretudo, caracterizados (Marcuschi, 2008). No caso da redação do Enem, sua principal função social relativa ao contexto de exame em que é produzida deve ser “atestar a competência comunicativa do participante, isto é, sua capacidade de escrever um texto argumentativo adequado à norma padrão e problematizar uma questão social a partir de uma perspectiva particular” (Cavalcante; Silva, p. 2023, p. 55).

Sua escrita decorre de um compósito de outros gêneros, que compõem a prova do Enem, como a própria proposta de redação encontrada na prova discursiva, que motiva e direciona a escrita do texto da redação pelos participantes, e os textos motivadores nela dispostos, que buscam apresentar o recorte temático selecionado pelo exame e orientar a

⁵O Enem, que é um exame constituído de cinco avaliações – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; e Redação – elaboradas e coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Brasil.

escrita do texto. Mesmo que a redação do Enem seja um gênero cujo texto é produzido no contexto específico do exame, milhares de exemplares desse gênero são produzidos todos os anos, em diferentes situações. Afinal de contas, além das redações produzidas durante o Enem, que configuram, de fato, o gênero, escolas e cursinhos preparatórios de todo o país orientam seus alunos na produção de exemplares de textos do gênero, objetivando adequar a escrita do seu público para o contexto de avaliação.

Considerando a relevância da prova para a admissão à educação superior em universidades públicas e privadas brasileiras (e também estrangeiras), obviamente, os participantes visam obter nota mil – pontuação atribuída ao texto que atende a todos os constrangimentos do gênero – mas, há textos avaliados com notas distintas (zero, trezentos, seiscentos, oitocentos pontos), e o parâmetro para esse processo são as competências que compõem a matriz de correção, disponibilizada pelo Inep. Essas competências avaliam o domínio da norma culta da Língua Portuguesa (competência I), da estrutura do texto, da compreensão da proposta e a mobilização de um repertório sociocultural relativo ao tema (competência II), a capacidade de selecionar ideias pertinentes à comprovação de um ponto de vista principal (competência III), o uso de mecanismos coesivos (competência IV) e a elaboração de uma proposta de intervenção que minimize a problemática em questão (competência V).

Relativo à sua estrutura composicional, se tomarmos como protótipo os textos avaliados com nota mil, a redação do Enem é um gênero cuja planificação se organiza em quatro blocos de texto, nos quais se apresenta o tema e a tese – ponto de vista principal – defendida (primeiro bloco), elabora-se o desenvolvimento da argumentação (segundo e terceiro blocos) e se faz a reapresentação do ponto de vista e a elaboração de uma proposta de intervenção (quarto bloco). Esse plano de texto é organizado em torno de uma macroestrutura argumentativa dominante, com a presença de outras sequências textuais (Cavalcante; Silva, 2023). Ao defender o seu ponto de vista, o participante pode se apropriar de descrições, exposições e narrações para fundamentar seus argumentos e, assim, validar suas teses. Além disso, como supomos aqui, a apresentação de uma proposta de intervenção pode dispor de um caráter procedural, no sentido de que o participante acaba por estabelecer um “passo a passo”, isto é, delineia caminhos para que os impactos causados por uma determinada problemática social sejam, minimamente, reduzidos.

Nesse sentido, cabe enfatizar que o gênero redação do Enem coloca o participante neste lugar de reflexão sobre a ação, uma vez que requer, sobretudo, um posicionamento sustentado acerca de uma questão social atual, vivenciada por uma parcela significativa dos brasileiros. Conforme se busca demonstrar na seção seguinte, isso se faz por meio de estratégias de organização textual que lembram a planificação de textos de incitação à ação. Logo, entendemos que o plano de texto do gênero redação do Enem, ainda que marcado

dominante pelo modo de estruturação da sequência argumentativa, constrói-se no imbricamento com outras sequências textuais e com marcas de um discurso procedural, que atribui ao texto, notadamente no bloco em que se apresenta a proposta de intervenção, um caráter injuntivo. É designadamente a respeito desse último ponto que trata esse artigo e, portanto, a seção de análise subsecutiva.

Análise dos dados

A hipótese de partida deste trabalho é de que as propostas de intervenção de redações do Enem avaliadas com nota mil – logo, propostas de intervenção completas⁶ – comportam proposições de ação que apresentam um valor ilocutório diretivo, ou seja, admitem um caráter injuntivo-procedural típico de textos de incitação à ação. A própria exigência de elaboração de uma proposta de intervenção a respeito da problemática abordada em cada proposta de redação do exame já supõe a agentividade de seus participantes, no sentido de que lhes permite o efetivo exercício da cidadania. Os participantes são colocados defronte a uma situação complexa, para poderem, de maneira criativa e responsável, apresentar uma proposta de solução para o problema. Logo, dado o seu caráter propositivo, esse movimento retórico da redação do Enem implica uma forma de conselho ou recomendação que, mesmo sem efeito vinculante, deve conter factibilidade.

Para além disso, de um ponto de vista linguístico e enunciativo, a configuração do texto da proposta de intervenção também faz lembrar características prototípicas dos textos de incitação à ação. Semelhantemente ao que acontece na grande maioria dos textos pertencentes a esse grupo, também no texto da redação do Enem parece haver um apagamento enunciativo do sujeito, especialmente na proposta de intervenção. Pelos constrangimentos do próprio gênero, o autor do texto não pode fazer nenhuma identificação de sua autoria, sob pena de anulação da prova para finalidade do exame. A esse respeito, lembramos Fairclough (1989) para dizer que os textos, pertencentes aos gêneros, são sempre condicionados por convenções sociais decorrentes das relações particulares de poder pelas quais são atravessados. Sendo assim, vários indicadores da situação de enunciação são intencionalmente apagados do texto da redação do Enem pelos participantes. A proposta de intervenção reproduzida no excerto a seguir pode ilustrar esse aspecto:

- (1) Portanto, são necessárias intervenções capazes de fomentar a valorização desses indivíduos na sociedade brasileira. Para tanto, cabe ao Ministério da Educação promover a mudança das concepções discriminatórias contra as comunidades

⁶Conforme a *cartilha do participante* do Enem da edição 2023, uma proposta de intervenção completa deve contar a ação intervintiva, o ator social competente para executá-la, o meio para execução da ação, o seu efeito ou a sua finalidade, bem como o detalhamento de algum desses elementos.

tradicionais, por meio da realização de palestras periódicas nas escolas, ministradas por sociólogos e antropólogos, as quais conscientizem os sujeitos acerca da importância desses povos para o país, a fim de minimizar o preconceito nesse âmbito. Além disso, é dever do Ministério da Economia impor sanções às empresas que explorem os territórios habitados por essas comunidades, com o intuito de desestimular tais ações. A partir dessas medidas, a desvalorização das populações tradicionais poderá ser superada no Brasil.

Fonte: *Cartilha do Participante* do Enem (Brasil, 2023)

As marcas que poderiam denunciar a introdução do sujeito no discurso como centro de perspectiva são apagadas do texto – índices pessoais, índices de ostensão, pronomes pessoais e demonstrativos etc (Benveniste, 2006). Não se trata de dizer aqui que no texto não existe autoria. A maneira pela qual o participante configura a proposta de intervenção, arranjando os elementos dela constitutivos revela sua criatividade e já é, em si, um indício de autoria, aspecto inclusive avaliado pelo Enem. Trata-se, como dito, do apagamento de marcas linguísticas do sujeito da enunciação. Isso se faz especialmente pelo emprego de estratégias que acentuam um efeito de impessoalidade, a partir do emprego da terceira pessoa do discurso e da voz passiva, por exemplo. Esse apagamento não implica no anulamento do sujeito da enunciação. Todo texto se origina de uma fonte de perspectiva e é dela decorrente ao passo que também lhe constitui enquanto tal. No entanto, as marcas das escolhas que faz o sujeito e que denotam sua origem podem ser apagadas do texto, a depender dos seus propósitos persuasivos e dos efeitos de sentido que deseja produzir. É o que parece ocorrer em propostas de intervenção de redação nota mil do Enem e na maior parte dos textos de incitação à ação, cuja estratégia é dar maior visibilidade às informações fornecidas.

Agora, diferentemente do que ocorre com os textos de incitação à ação, o enunciador da proposta de intervenção não é definitivamente especialista no assunto. Porém, sua legitimidade social não é invalidada. A posição assumida é de cidadão preparado para o exercício pleno da cidadania, sendo, por isso, capaz de opinar e de propor alternativas para intervir no problema tratado. É nessa medida que ele produz um texto explicitando verbalmente como o interlocutor deve agir para atingir o objetivo pretendido. Ele não é necessariamente um especialista no tema, mas a sua capacidade de interligar um conjunto de conteúdos – conceituais e procedimentais – adquiridos em todos os processos formativos pelos quais passou (Abreu, 2017) autoriza-lhe a adotar uma postura atitudinal para dizer como enfrentar a situação complexa de que trata sua redação. Tal posição é reforçada pela factibilidade da proposta apresentada, isto é, a viabilidade de ser efetivamente colocada em prática, considerando as restrições e as especificidades da realidade abordada. Logo, o

enunciador parece como que imitar, no texto, posturas de especialistas para dar à sua proposta a assertividade que poderá persuadir o leitor.

Também, por restrições do próprio gênero, tal qual o enunciador, o interlocutor é apagado no texto, no sentido de que não há marcas dêiticas explícitas que apontem para ele. O texto da redação do Enem tem como interlocutor imediato os avaliadores, egressos de cursos de Letras e professores de língua portuguesa selecionados designadamente para esse fim. Caso se refira nomeadamente ou até diretamente aos avaliadores, a orientação do Inep é de que a prova de redação do participante deve ser anulada, visando assegurar a isonomia do processo de avaliação. Nesse sentido, se nos textos de incitação à ação o lugar do interlocutor é requerido, na redação do Enem ele é também apagado – ainda que se possa falar de interlocutores não imediatos, para os quais as redações apontam, como os agentes da proposta de intervenção do excerto 01: Ministério da Educação e Ministério da Economia.

Uma proposta de intervenção é sobretudo reconhecida na redação do Enem em função de sua estrutura linguística, que explicita a intenção do participante de indicar uma alternativa para interferir no problema em questão, buscando minimamente solucioná-lo. Uma proposta se estrutura ao explicitar a ação que deve ser realizada, o agente responsável por ela, o modo como fazê-la, o efeito provocado e o detalhamento de pelo menos um desses itens. É especialmente na textualização dessa estrutura que vislumbramos características linguísticas típicas dos textos de incitação direta ou indireta à ação. A ação é o elemento mínimo basilar de toda proposta, como observamos no excerto 01, cuja intervenção constitui-se pela descrição de duas ações: (i) *promover a mudança nas concepções discriminatórias contra as comunidades tradicionais* e (ii) *impor sanções às empresas que exploram os territórios habitados por essas comunidades*. As duas ações encontram-se vinculadas à tese defendida pelo participante de que essas medidas poderão fazer superar a desvalorização das populações tradicionais no Brasil.

Como se percebe, as ações são descritas a partir de dois predicados de ação: *impor* e *promover*, que dispõem de um caráter procedural, no sentido de que instituem a maneira como os agentes devem agir. Tal qual ocorre tipicamente com textos de incitação à ação, essas ações são atualizadas verbalmente no infinitivo, o que parece sugerir o caráter prático. Além do mais, esses dois verbos têm seu valor ilocucionário acentuado pelo emprego dos verbos modais *caber* e *dever*, que atribuem aos agentes *Ministério da Educação* e *Ministério da Economia* um efeito de obrigatoriedade de realização das ações – modalidade deôntica. Mesmo que as modalizações em textos de incitação à ação tendam muito mais claramente para o conselho (Adam, 2019), convém destacar a força diretiva máxima implicada pelo emprego desses verbos, especialmente do modal *dever*, o que, nesse caso, parece sugerir muito mais uma injunção do que conselho. Em *caber*, a força diretiva é atenuada, contudo, o sentido de ação deonticamente necessária não é anulado.

Ainda relativo à predicação, há o emprego de dois verbos no infinitivo que assinalam os efeitos decorrentes da realização das ações propostas para solucionar o problema focalizado no texto. Os verbos *minimizar* e *desestimular* designam a modificação esperada da realidade social a partir das ações sugeridas. Nesse sentido, eles completam a sequência de ações instauradas no texto e construídas a partir de uma temporalidade linear, finalizada pelo emprego da locução verbal *poderá ser* no futuro do presente do indicativo. No todo, a predicação funciona como peça fundamental para a organização textual das propostas de intervenção da redação. Os verbos lexicalizam as ações, elementos mínimos das propostas, e os efeitos delas decorrentes e acionam como argumentos outros elementos constitutivos das propostas, como agente, modo e o detalhamento. Logo, o verbo está na base dessas estruturas que explicitam o claro desejo do participante de apresentar uma iniciativa que possa interferir no problema em questão. Tal formato é também prototípico dos textos de incitação à ação, especialmente daqueles com viés mais regulador ou de conselho.

A descrição das ações numa espécie de presente gnômico se faz a partir de um conjunto de mecanismos linguísticos necessários à construção da argumentação (conectores e operadores argumentativos) que especificam as ações, o modo como elas devem ser realizadas e os efeitos decorrentes. No excerto 01, têm destaque, por exemplo, as expressões *para tanto*, na segunda proposição do parágrafo, *por meio de*, na terceira, e *a fim de*, na quinta proposição. A expressão *para tanto* não só retoma a tese explicitada na primeira proposição do parágrafo, como também estende seu escopo para todo o encadeamento do texto ao explicitar a ação base da proposta de intervenção. A locução prepositiva *por meio de* atribui o sentido do meio pelo qual a ação deverá ser realizada, imprimindo um caráter procedural ao texto. Na sequência, a locução prepositiva *a fim de* explicita o efeito pretendido pela ação proposta ao exprimir um sentido de finalidade, de propósito a ser alcançado. Ao passo que atuam na superfície textual, provendo a conexão das informações, estruturando o texto, também determinam a sua orientação argumentativa, porque guiam o leitor para uma conclusão, que a desvalorização das populações tradicionais poderá ser superada no Brasil.

Esse tipo de estruturação linguística é muito frequente em redações nota mil, como pode ser observado no excerto 02, reproduzido abaixo:

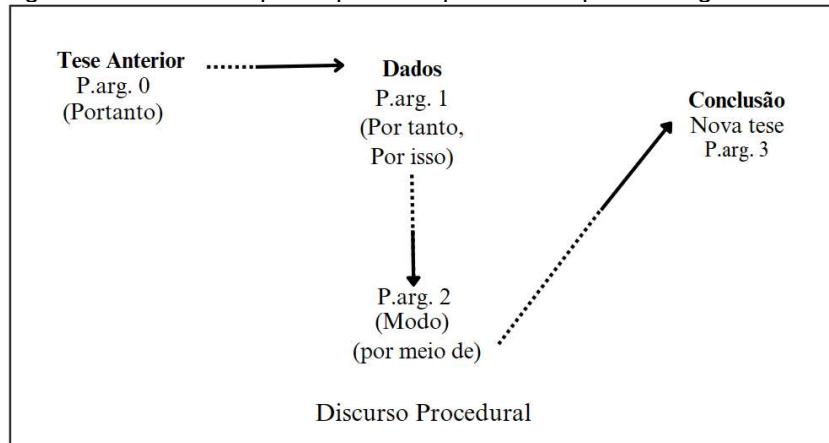
- (2) Portanto, é essencial que o governo mitigue os desafios supracitados. Para isso, o Ministério da Educação — órgão responsável pelo estabelecimento da grade curricular das escolas — deve educar os alunos a respeito dos empecilhos à preservação dos indígenas, por meio da inserção da matéria “Estudos Indigenistas” no ensino básico, a fim de explicar o contexto dos silvícolas e desconstruir o preconceito. Ademais, o Ministério do Desenvolvimento — pasta instituidora da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e

Comunidades Tradicionais — precisa fiscalizar as atividades econômicas danosas às sociedades vulneráveis, visando à valorização de tais pessoas, mediante canais de denúncias.

Fonte: *Cartilha do Participante* do Enem (Brasil, 2023)

Nesse caso específico, há precisamente a repetição do mesmo raciocínio argumentativo instituído pelas expressões: *para isso* (expressão semanticamente equivalente a *para tanto*), *por meio de* e *a fim de*, presentes (igualmente ou com sutis alterações) em várias outras redações da *Cartilha do Participante* da edição de 2023 do Enem. Esse dado parece fazer sugerir que há um padrão de estruturação linguística do raciocínio argumentativo que subjaz à esquematização da proposta de intervenção de redações nota mil do Enem. Tal modelo, em que se parte sempre de uma premissa para se chegar a uma conclusão (sendo a conclusão a tese defendida), é fundado no esquema de base da sequência argumentativa. Se acompanharmos o modelo prototípico de Adam (2011) para a sequência argumentativa, podemos dizer que a proposta de intervenção das redações nota mil se estruturam da seguinte maneira:

Figura 01 – Estrutura prototípica completa da sequência argumentativa



Fonte: Elaboração própria (2025).

De fato, a organização do conteúdo temático das redações nota mil do Enem é guiada, sobretudo, pela estruturação da sequência argumentativa (Cavalcante; Silva, 2023). Mas, levando em conta a proposição de Adam (2011) de que a planificação de um texto pode resultar de combinações entre várias sequências ou proposições de sequências diferentes, defendemos que, notadamente na proposta de intervenção, há a intercalação, na sequência argumentativa de base, de um discurso procedural que incita à ação, evidenciado mais fortemente na proposição (P.arg.2) em que o participante apresenta o meio pelo qual a ação proposta poderá ser realizada. Conforme mencionado, os textos de incitação à ação expressam o desejo do locutor de “fazer agir” o seu interlocutor – na redação do Enem, esse

desejo é condicionado por uma restrição do gênero, já que a elaboração de proposta de intervenção é uma exigência do exame – através da explicitação semiótica de um “como fazer” – o elemento *modo* da proposta de intervenção. Logo, tal aspecto justifica o caráter procedural que desponta das propostas de intervenção de redações nota mil do Enem, especialmente do elemento *modo*.

Subjaz às propostas de intervenção aqui apresentadas um processo quase pedagógico na medida em que os participantes detalham uma espécie de protocolo de ação voltado à resolução do problema social de que trata o texto. O protocolo se constitui precisamente pelo conjunto de elementos essenciais à proposta de intervenção: a ação intervenciva (que fazer), o ator social (quem fazer), o meio (e o detalhamento) (como fazer) e o efeito (resultado alcançado). A leitura enviesada desse protocolo poderia fazer sugerir uma regularidade típica de sequências textuais, o que favoreceria a alegação de que há um prototípico de sequência injuntiva, que, nesse caso, planificaria o texto da redação do Enem. Todavia, preferimos entender, conforme esclareceu Adam (2019), que essas são regularidades decorrentes de uma unidade superior, o gênero do discurso. Ora, todas essas regularidades obedecem a um plano de texto fixo do próprio gênero redação do Enem, que delimita a composição da proposta de intervenção do texto com a configuração idêntica aos exemplos aqui apreciados. Trata-se, pois, de um condicionamento do gênero, que determina como o texto do participante deve acomodar-se estruturalmente para atender ao que se coloca como expectativa pelo exame.

Além disso, considerando a unidade dos textos a que pertencem os excertos recortados, não se pode deixar de ver que a ação linguageira que eles realizam orienta-se por uma função específica, argumentar, isto é, neles os participantes buscam defender um ponto de vista a partir do emprego de um conjunto de argumentos e estratégias argumentativas que possam atestar a sua validade. Fazem isso em um contexto de exame, numa situação de avaliação, o que torna esses textos como uma espécie de simulacro, ou seja, seu objetivo diretivo imediato não é incitar necessariamente à ação. Nesse caso, talvez seja preferível dizer que o discurso procedural vem a planificar áreas específicas do plano de texto das redações nota mil do Enem. No *corpus* analisado, isso acontece especialmente no último parágrafo de cada texto, quando os participantes apresentam a proposta de intervenção – ainda que a proposta possa ser disposta em outras partes do plano de texto da redação, em textos avaliados com nota mil, sempre é exposta no último parágrafo, o que parece ser um padrão retórico do gênero.

Conquanto o imbricamento do discurso procedural à sequência argumentativa na planificação das redações, a conjectura de que sempre há uma dimensão argumentativa em todo texto de incitação à ação (Cavalcante; Brito, 2020) nos faz arrazoar sobre o valor persuasivo de um discurso procedural na proposta de intervenção de redações do Enem.

Essas autoras recuperam de Amossy (2008) a noção de modalidade argumentativa e provam que os textos de incitação guardam traços de uma argumentação pedagógica, quando o locutor especialista busca transmitir um conhecimento ao interlocutor aprendiz, e de uma argumentação patêmica, nas situações em que apresenta a tese central ou mesmo um ponto de vista do texto de tal maneira que comove o interlocutor e conquista a sua adesão. De fato, ainda que não possamos dizer que há nas redações uma argumentação patêmica, em função das restrições postas pelo gênero, há, conforme demonstramos, uma espécie de argumentação pedagógica percebida quando o participante busca apresentar didaticamente uma proposta de solução ao problema tratado no texto.

Portanto, se, no plano composicional, só podemos pensar a incitação à ação no imbricamento com outras sequências, como a sequência argumentativa, por exemplo, como ilustrado na figura 01, já que a planificação dos textos não apresenta regularidades sequenciais que permitam a identificação de um protótipo (Adam, 2019), ela pode ser percebida em um plano configuracional, em que, de acordo com Cavalcante e Brito (2020), estaria associada a um modo característico de argumentar, o de levar o interlocutor a um fazer. Então, se no plano geral do texto a argumentação da redação do Enem associa-se a uma modalidade demonstrativa, quando o ponto de vista é apresentado e defendido a partir de um conjunto de argumentos e dados recortados de seu repertório sociocultural, na proposta de intervenção há uma modalidade argumentativa pedagógica, no sentido de que o participante formula e detalha sua proposta de intervenção. Logo, ainda que se perceba um caráter procedural na proposta de intervenção da redação do Enem, esse discurso tem sempre efeito persuasivo e, por isso, funciona como estratégia argumentativa no texto.

Considerações finais

Ao requerer dos participantes a elaboração de uma proposta de intervenção para o problema social tratado no texto da redação, o Enem busca verificar se o objetivo maior a que busca a educação brasileira, expresso na Constituição Federal e em diversos outros documentos reguladores da educação do país, tem sido alcançado, qual seja: preparar para o exercício da cidadania. A esse respeito, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece como sendo habilidade específica para a área de linguagens no Ensino Médio a capacidade de: “formular propostas, intervir e tomar decisões que levem em conta o bem comum e os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global” (Brasil, 2018, p. 485). No texto da redação do Enem, a formulação dessa proposta exige do participante criatividade e engajamento social (Abreu, 2017), ao se colocar frente a uma problemática real, sobre a qual deve refletir e apresentar uma alternativa de intervenção para solução.

A planificação dessa proposta de intervenção no texto da redação do Enem foi o nosso objeto de investigação neste artigo. Partimos da hipótese de que, mesmo sendo a redação do Enem um texto tipicamente argumentativo, o parágrafo dedicado à elaboração da proposta de intervenção apresenta um caráter procedural, típico de textos de incitação à ação. O exame minucioso da composição de duas propostas de intervenção de redações avaliadas com nota mil permitiu-nos confirmar essa hipótese. Ao detalhar o modo como a ação sugerida deve ser desenvolvida para resolução do problema social de que trata o texto, os participantes elaboram uma espécie de protocolo de ação, cuja composição se faz com inúmeros traços linguísticos e enunciativos característicos de textos de incitação à ação. Por outro lado, reforçou a proposição defendida pela Linguística Textual brasileira de que a argumentatividade é constitutiva da própria linguagem e, por isso, todo texto possui orientação argumentativa, percebida em toda a organização do texto estrategicamente elaborado pelo locutor para conquistar a adesão do interlocutor às ideias apresentadas (Koch, 2020; Koch; Elias, 2020; Cavalcante *et al.* 2020).

O imbricamento de sequências na redação nota mil do Enem não se restringe à proposta de intervenção – exigência da quinta competência – que foi pauta de reflexão deste artigo. Como já pontuado, no texto de macroestrutura argumentativa do Enem é possível identificar, também, a presença de descrições, narrações e exposições como mecanismos mobilizados, entre outras questões, para a defesa de uma determinada tese. Assim, é pertinente analisar, também, como a existência dessas outras sequências textuais colaboram para a construção de um texto completo e significativo, isto é, no ponto de vista do Enem, que cumpra com os aspectos estabelecidos pelas cinco competências avaliativas.

Referências

- ABREU, R. N. Exercício da cidadania e direitos humanos: as funções da competência V na redação do Enem. In: GARCEZ, L. H. C.; CORRÉA, V. R. (org.). **Textos dissertativo-argumentativos**: subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Inep/Mec; Cebraspe, 2017, p. 231-241.
- ADAM, J-M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2011.
- ADAM, J-M. Types de séquences textuelles élémentaires. In: **Pratiques**, vol. 56, 1987, p. 54-79.
- ADAM, J-M. **Les textes**: types et prototypes. Paris: Nathan, 1992.
- ADAM, J-M. **Linguistique textuelle**: Des genres de discours aux textes. Paris: Nathan, 1999.
- ADAM, J-M. **Textos, tipos e protótipos**. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2019.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação do ENEM 2023: Cartilha do participante**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examens_da_educacao_basica/a_redacao_no_enem_2023_cartilha_do_participante.pdf> Acesso em: 01 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC, 1999.

CAVALCANTE, F. M. L.; SILVA, A. A. A redação do Enem: um estado do conhecimento. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 23, n. 2, p. 51-70, 13 out. 2023.

CAVALCANTE, M. M. et al. **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas: Editora Pontes, 2020.

CAVALCANTE, M. M. **Relações entre as competências avaliativas do Enem**. Brasília: Inep/Mec; Cebraspe, 2023. p. 48-58.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. O Ensino em Textos de Incitação à Ação: Um Olhar Argumentativo. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 121–136, 2020. DOI: 10.46230/2674-8266-11-2942.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. New York: Longman, 1989.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo: Editora Cultrix, 1973.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 10ª Ed. São Paulo: Contexto, 2020.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**, 2002, p. 19-36.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUESI, S. C.; ALBERT, S. A. B. Redação de vestibular: objetos de discurso, sequências textuais descritivas e orientação argumentativa em interface. **PERCURSOS LINGÜÍSTICOS**, v. 7, n. 17, p. 14-33, 2017.

ROSA, A. L. T. **A sequência injuntiva passo a passo.** 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

VION, R. "Effacement énonciatif" et stratégies discursives. In: MATTIA, M.; JOLY, A. (Dir.). **De la syntaxe à la narratologie énonciative.** Gap: Orphys, 2001. p. 331-354.

WERLICH, E. **Typologie der Texte** Quelle & Meyer. Heidelberg, 1975.

Sobre os autores

Ananias Agostinho da Silva

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5442-5133>.

Doutor em Estudos da Linguagem (Ppgel/UFRN). Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa).

Francisco Mailson de Lima Cavalcante

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2131-7958>.

Doutorando em Ensino (Posensino/Uern, Ufersa e IFRN). Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern).

Recebido em fev. de 2025.

Aprovado em nov. de 2025.